

A Política Pombalina na Configuração das Fronteiras do Brasil



*Synésio Sampaio Góes Filho**

Resumo: Apreciação sintética sobre a definição das fronteiras terrestres do Brasil através dos tratados assinados por Portugal e Espanha a partir de 1750. Destaque especial para as ações do Marquês de Pombal em benefício da consolidação da posse do território que hoje o Brasil ocupa.

Palavras-chave: Tratado de Madri, Tratado de El Pardo, Tratado de Santo Ildefonso.

VISÃO DE CONJUNTO

Convidado para falar sobre o tema acima, folheei livros, revi papéis e confirmei a impressão inicial de que o período pombalino situa-se exatamente entre os dois tratados que fixaram a fronteira básica do Brasil, aquela que até hoje, com pequenas modificações, está marcada no terreno.

Em 1750, ainda com D. João V, firmouse o Tratado de Madri, que legalizou a grande penetração do território que seria espanhol pelo tratado anterior, o de Tordesilhas (1494). Na época de Pombal, o Tratado de Madri foi anulado pelo de El Pardo

(1763), que, face às grandes dificuldades que a execução do Tratado de Madri criara, resolveu que se voltasse à confusa situação anterior, de acordos envelhecidos e superados. Morto D. José I e deposto Pombal, só então se assina o Tratado de Santo Ildefonso (1777), que é uma volta à Madri, sem o oeste do atual Rio Grande do Sul – os Sete Povos das Missões – que continuava na soberania espanhola (tal como a Colônia do Sacramento, pela qual os Sete Povos haviam sido permutados no tratado de 1750).

Assim, não é por criar linhas jurídicas que se distingue a administração de Pombal no Brasil, no que concerne a fronteiras. Momento particularmente ativo, em muitos campos, como veremos, teve neste, específico, a ação prática de propiciar o conhe-

* Embaixador do Brasil em Portugal. Comunicação apresentada em 15 de novembro de 2000, no Palácio da Independência, Lisboa, Portugal.

cimento do território fronteiriço e construir os fortes que garantiram a posse das regiões ocupadas. Não criou limites; consolidou-os, fortificou-os.

Antes de focalizar esta ação, vamos dar uma idéia da ocupação do território brasileiro. Já se disse com graça que o Brasil é um país que, antes de ter território (a descoberta é de 1500), já tinha as fronteiras de Tordesilhas. Mas estas dariam ao futuro país um território de apenas um terço do tamanho atual. Foi a penetração feita durante dois séculos, predominantemente por terra, como no caso do movimento bandeirante, ou por rios, como no caso da ocupação da Amazônia, que alargou o território até os limites estabelecidos em Madri.

Vejam, pois, a seguir, o tratado fundador de nosso território e, depois, a portentosa ação desenvolvida na ocupação das fronteiras brasileiras durante o consulado pombalino.

O TRATADO DE MADRI

Eram totalmente incertas as fronteiras da colônia americana de Portugal, antes do tratado de 1750. A linha de Tordesilhas tinha sido muito ultrapassada no terreno pelos portugueses e havia também vários atos jurídicos nacionais (a criação da capitania do Rio Negro, por exemplo) e internacionais (o Tratado de Utrecht) modificativos desse velho tratado. Como, na primeira metade do século XVIII, se descobrira ouro no centro do continente (Goiás e Mato Grosso, após Minas Gerais), era muito insegura a posse das novas riquezas, de que já vivia em boa parte o reino. Era o famoso “ouro

do Brasil”, a “vaca leiteira” de que falava D. João V, e era, pois, necessário dar segurança à agora rica colônia: o básico para isso era estabelecer os limites terrestres.

Vários autores já falaram da influência de Alexandre de Gusmão na formulação da política “brasileira” de D. João V. Mas foi Jaime Cortesão quem escreveu a obra mais completa sobre o assunto (*Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*). Nascido em Santos, secretário do rei desde 1730, conhecia como ninguém as realidades físicas da colônia americana e a necessidade de limitá-la com um tratado amplo.

A ocasião propícia deu-se com a ascensão ao trono espanhol, em 1746, de Fernando VI, casado com Maria Bárbara de Bragança, princesa portuguesa com forte personalidade e influência sobre o novo rei. Negociou-se então um tratado que é geralmente visto como uma grande vitória da diplomacia lusa (não é a opinião de Pedro Soarez Martinez, muito antipático aos “estrangeirados” da época de D. João V, entre os quais alinhava-se Alexandre de Gusmão). Na verdade, o tratado beneficiava Portugal na América, mas, por outro lado, o fazia renunciar a qualquer reivindicação territorial (e teria direito a algumas) do outro lado do mundo, onde a Espanha estava firmemente implantada nas Filipinas.

Os especialistas consideram colunas mestras do acordo os princípios do *uti possidetis* e das *fronteiras naturais*. O tratado usa uma linguagem mais simples e concreta ao defini-los, falando num caso “cada parte há de ficar com o que atualmente possui” e noutra “os limites dos dois Domínios

(...) são a origem e o curso dos rios e os montes mais notáveis”.

O grande incentivo que teve a Espanha para assinar um acordo aparentemente desvantajoso foi, antes de tudo, parar as sucessivas invasões portuguesas e, depois, readquirir a posse da Colônia do Sacramento, implantada no Rio da Prata (que ficava agora totalmente espanhol), bem em frente a Buenos Aires. Para pagar esse preço, não só concordou em legalizar as imensas ocupações portuguesas na Amazônia e no Oeste, mas também em entregar as missões jesuíticas espanholas dos Sete Povos, de maneira a dar ao Rio Grande do Sul (como queriam os portugueses) uma fronteira mais larga, mais defensável e basicamente fluvial.

POMBAL E O BRASIL

Não haverá na história de Portugal outro personagem mais marcante do que este célebre marquês. Basta dizer o título para saber de quem se fala. Mas o julgamento que se tem sobre sua personalidade e sua obra não é unânime. Há os que são contra, alguns com violência, como Camilo, outros com mais moderação, como o historiador Oliveira Marques; há os que são basicamente a favor, como João Lúcio de Azevedo e o norte-americano Kenneth Maxwell, para citar o autor de um livro muito recente onde é estudada toda a grande bibliografia existente – *O Marquês de Pombal*. Vários, sobretudo autores das décadas salazaristas, já o tem comparado com este outro “primeiro-ministro” (quer como Ministro da Economia, quer como Presidente do Con-

selho), o que não é descabido tanto do ponto de vista de duração no poder, 27 anos num caso, 40 noutro, quanto de concentração da capacidade decisória. O Visconde de Carnaxide, que escreveu um livro especificamente sobre “Pombal e o Brasil”, é um dos que faz a comparação, até curiosamente pendendo a balança às virtudes de Salazar, autor de discursos, diz ele, que são “imortais obras de arte”. É bem verdade que escreveu seu livro na década de 1940...

Quanto à ação de Pombal no Brasil, tema mais estudado por brasileiros, como é natural, há quase unanimidade em considerar que foi um dos períodos em que a coroa portuguesa esteve mais atuante, como não podia deixar de ser pela importância que a colônia adquirira no século XVIII; no julgamento de suas muitas ações, há, entretanto, divisão de opiniões, embora pareça haver uma tendência geral favorável. Um dos historiadores mais lidos e respeitados das últimas décadas, Hélio Vianna, fala da “grande e benéfica atuação” do marquês no Brasil e estabelece o tom predominante. Obviamente os autores mais simpáticos aos jesuítas já usam adjetivos diferentes, mas nem estes deixam de reconhecer o dinamismo da administração pombalina.

Vejamos alguns fatos. A capital foi mudada da Bahia para o Rio, em 1767, devido à maior importância econômica do Sul (com a mineração) e a maior proximidade do Rio da Prata, onde se centravam os principais conflitos internacionais da colônia. Novos impostos, como a *captação* (para o ouro), foram criados, assim como novas capitanias, como Mato Grosso e São José do Rio Negro. Foram extintas

as velhas capitanias hereditárias, ainda em mãos de particulares, ficando, pois, todas sujeitas à administração da Coroa. Foi também extinto o Estado do Grão-Pará e Maranhão, o que sem dúvida favoreceu à futura unidade nacional; nessa mesma direção aponta o estabelecimento da ligação fluvial entre Mato Grosso e Belém (completava as *monções cuiabanas*, de Porto Feliz e Cuiabá) e o esforço para se divulgar o português: em São Paulo, por exemplo, até a época pombalina, se falava mais tupi do que português; nas missões jesuíticas ocorria o mesmo.

Um fato que depõe igualmente em favor do Marquês foi a escolha de bons dirigentes para a colônia, a começar por seu irmão Francisco Xavier de Mendonça, atívisimo governador da Amazônia; Gomes Freire de Andrade, no Rio de Janeiro; o Morgado de Mateus, em São Paulo; e Luiz Albuquerque e Cáceres, em Mato Grosso são também exemplos notáveis de eficientes administradores públicos. Outra ação importante, esta de resultados já mais controversos, foi a criação das companhias de comércio, que se destinavam a monopolizar as relações entre a matriz e colônia.

A expulsão dos jesuítas, efetivada em 1759 (a Ordem religiosa foi abolida pelo Papa, em 1773), foi traumática porque a Companhia era muito importante no Brasil e praticamente controlava toda a instrução pública. Nas suas missões foram introduzidas as novas regras do *Directorio* e colégios laicos – as *aulas régias* – foram estabelecidos em vários pontos do Brasil, para substituir as funções didáticas dos seminários jesuítas.

Quanto às fronteiras, foi excepcional o esforço para construir, ou reconstruir os fortes que até hoje marcam os pontos mais distantes da linha de limites terrestres brasileira, longuíssima, de 15.719km. Apenas para ilustrar, mencionem-se os fortes de Macapá (1764 – na boca do Amazonas), São Joaquim (1778 – no alto Rio Branco), São Gabriel (1763 – no Rio Negro), Tabatinga (1766 – no Solimões), Príncipe da Beira (1759 – no Guarapuré), Nova Coimbra (1775 – no Paraguai), Prazeres (1765 – no Iguatemi) e Jesus Maria e José (1752 – no Rio Pardo). Alguns causam grande impressão até hoje pelo tamanho e pelo local onde foram construídos. Este era escolhido por razões estratégicas, muito bem avaliadas, na opinião informada de hoje; o que provoca, entretanto, mais admiração são as dificuldades de acesso de alguns desses fortes. Talvez o caso mais paradigmático seja o do Príncipe da Beira, de imponentes dimensões, construído no meio da floresta amazônica, a uns quatro mil quilômetros do Atlântico e a uns dois mil quilômetros de navegação fluvial, a partir de Belém. Algumas pedras – as lavradas, em especial – foram trazidas de Portugal e dentre elas há uma que o governador de Mato Grosso, Luiz Albuquerque e Cáceres, mandou colocar em cima da porta principal, onde se lê uma frase que dá bem idéia do espírito determinado patriótico de seus construtores: “É serviço de Portugal, e tem de se cumprir.”

Notáveis, após a assinatura do Tratado de Madri, nos primeiros anos de Pombal, foram as grandes campanhas demarcatórias que proporcionaram um conhecimento bem mais profundo das regiões fronteiriças, so-

bretudo na Amazônia. Duraram anos e foram essenciais para o bom conhecimento dessas regiões longínquas do Brasil colonial, demarcadas sobre mapas que eram os melhores da época, é verdade (estou pensando, sobretudo, no célebre “mapa das cortes”), mas que estavam longe de dar uma indicação precisa dos acidentes geográficos que limitavam o território.

Contrastando com as ações no terreno, o período pombalino, no campo dos acordos de fronteira, tem um sinal negativo. O único efetivamente assinado foi o de El Pardo, em 1761, que anulou o Tratado de Madri. Na execução de Madri houve problemas de demarcação em várias frentes, mas foi a chamada *guerra guaranítica*, derivada da resistência dos índios dos Sete Povos em abandonar o território agora português, o que provocou os maiores conflitos. É controverso o papel que nela tiveram os jesuítas. O Visconde de Carnaxide acha que os padres locais resistiram à transladação, mas a direção da Ordem na Europa apoiou as potências ibéricas; outros autores, como José Carlos de Macedo Soares, acreditam que a resistência indígena foi sem dúvida estimulada pelos jesuítas. O certo é que a posterior expulsão da Ordem do Brasil está ligada a essa guerra.

Pelo tratado de El Pardo a situação na América volvia ao velho Tratado de Tordesilhas, tão contrariado no terreno, quanto modificado por outros acordos internacionais. No fundo assinalava uma pausa, esperando tempos mais propícios para assinar-se novo acordo geral de fronteiras. O tratado também é indício de uma deterioração das relações entre Lisboa e Madri, ha-

vendo autores que lembram ainda a antipatia que Pombal tinha por seu antecessor em valimento (embora sem a mesma importância) Alexandre de Gusmão; o marquês, aliás, fora um opositor do Tratado de Madri e nunca concordara com a cessão da Colônia do Sacramento.

SANTO ILDEFONSO E OBSERVAÇÕES FINAIS

Já fora do período pombalino, digamos uma palavra sobre o último tratado colonial, no que se refere a fronteiras na América, o de Santo Ildefonso.

Antes, é preciso lembrar que, entre 1763 e 1777, a Espanha e Portugal estiveram, pelo menos no Sul do Brasil, em guerra constante. A Espanha enviara ao Brasil a maior frota que já tinha enviado ao Atlântico, sob o comando do futuro vice-rei D. José de Ceballos. Este conquista Colônia e a Ilha de Santa Catarina com facilidade, mas encontra resistências insuperáveis no núcleo do Rio Grande, na boca da Lagoa dos Patos.

Morto D. José I e caído Pombal em desgraça (a *Viradeira*), logo Portugal e Espanha assinaram novo acordo de limite na América. Se comparado com o de Madri, era desfavorável a Portugal, pois deixava na soberania espanhola não só Colônia (o atual Uruguai), mas também os Sete Povos (o oeste do Rio Grande do Sul). Um autor brasileiro (Varnhagen) diz que “seus artigos foram ditados pela Espanha quase com as armas na mão”; mas há outros, hispano-americanos, que o atacam por razões opostas: a Espanha teria podido conseguir muito mais nesse momento em que haveria

invadido o Sul do Brasil (*lamentable encuanato fué negociado quando España tenia las cartas del triunfo y estaba en condiciones de invadir militarmente el Brasil é como o argentino Angel Scenna o julga*).

Na verdade, Santo Ildefonso preservou os grandes ganhos no Norte e no Oeste e dividiu favoravelmente à Espanha os ganhos portugueses no sul. Anos mais tarde, aproveitando a Guerra das Laranjas (1801), de que resultou a ocupação de Olivença pela Espanha, tropas gaúchas retomaram, desta vez para sempre, os Sete Povos; mas isto já é uma outra história.

O que é preciso dizer é que, terminado o período colonial, o Brasil tinha já fronteiras basicamente estabelecidas; ao contrário, por exemplo, dos Estado Unidos, que

conquistaram a maior parte de seu território depois da Independência. É certo que os tratados coloniais eram imprecisos e não era pacífica sua aceitação pelos novos países independentes da América do Sul. Mas o fato é que havia a base territorial. Esta é a grande herança da colônia, que o Império e a República brasileira souberam bem manter e resguardar.

Em resumo, o consulado pombalino foi muito dinâmico no Brasil em tudo e também na ocupação e fortificação das fronteiras; mas não teve ocasião de assinar nenhum grande acordo de limites. É um período de conhecimento e fortalecimento das terras mais longínquas, situado exatamente entre os dois grandes tratados coloniais que fixaram as fronteiras brasileiras.



Forte de São Julião, Lisboa, local do jantar de encerramento da 2ª fase do simpósio.